

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN apresenta as Demonstrações Financeiras, os Pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e o Relatório da Auditoria Independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2011	31/12/2010	Passivo	Nota	31/12/2011	31/12/2010
			Reclassificado				
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa.....	4	32.107	30.811	Fornecedores	12	37.299	40.678
Créditos e contas a receber de usuários.....	5	76.757	73.155	Empréstimos e financiamentos	13	20.372	8.972
Estoques de Materiais		3.279	3.403	Juros sobre capital próprio	21.4	18.987	30.875
Adiantamento a empregados		3.706	3.237	Participação de empregados.....	21.6	7.940	4.283
Impostos a recuperar.....	6	7.849	5.447	Contribuições para FAECES	17	4.606	6.116
Outros créditos a receber		2.282	1.321	Impostos e contribuições a recolher.....	14	18.946	12.390
Total do ativo circulante		125.980	117.374	Provisão para férias e encargos.....		14.235	9.872
Não circulante				Provisão para contingências	15	1.199	196
Realizável a longo prazo				Outras contas a pagar		2.449	3.156
Créditos e contas a receber de usuários.....	5	4.775	4.775	Total do passivo circulante		126.033	116.538
Depósitos judiciais.....	15.1	26.445	17.584	Não circulante			
Impostos a recuperar.....	6	187	187	Empréstimos e financiamentos	13	203.522	181.324
Impostos diferidos	7	21.899	22.474	Impostos e contribuições a pagar.....	16	46.702	45.184
Aplicações financeiras - depósito em garantia....	8	8.263	7.486	Impostos diferidos	7	64.482	66.873
Contratos de concessões indenizáveis	11	66.126	40.404	Provisão para contingências	15	33.914	29.537
		127.695	92.910	Contribuições para FAECES.....	17	26.864	30.728
Investimentos		95	95	Créditos de acionistas	18	260.785	276.149
Imobilizado	9	36.645	31.706	Subvenções para investimento		3.596	2.882
Intangível.....	10	1.689.109	1.561.162	Outras contas a pagar		50	42
Total do ativo não circulante		1.853.544	1.685.873	Total do passivo não circulante		639.915	632.719
Total do Ativo		1.979.524	1.803.247	Patrimônio líquido			
				Capital social	21.1	1.027.087	848.280
				Reserva de lucros.....		61.229	75.808
				Reserva de reavaliação.....		125.260	129.902
				Total do patrimônio líquido		1.213.576	1.053.990
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.979.524	1.803.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010		Nota	2011	2010
Receita líquida.....	22	441.472	408.096	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		61.570	84.878
Custos dos serviços de abastecimento de água.....		(125.739)	(121.410)	Despesas financeiras líquidas.....	23	(18.332)	(17.388)
Custos dos serviços de esgoto.....		(54.918)	(49.316)	Resultado antes dos impostos		43.238	67.490
Custos administrativos dos serv. de água e esgoto ...		(42.009)	(41.498)	Imposto de renda.....	26	(7.018)	(2.958)
Custo dos serviços prestados		(222.666)	(212.224)	Contribuição social	26	(3.810)	(2.120)
Lucro bruto		218.806	195.872			(10.828)	(5.078)
Despesas comerciais	24	(51.914)	(51.451)	Resultado do exercício		32.410	62.412
Despesas administrativas.....	25	(95.980)	(59.268)				
Participação dos empregados.....	21.6	(7.940)	(4.283)				
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas.....		(1.402)	4.008				
		(157.236)	(110.994)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital	Reserva de Lucros		Ajustes de	Lucros	Total do
		social	Investimentos	Legal	Avaliação Patrimonial	(Prejuízos) Acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2010		724.210	72.423	8.837	134.141	-	939.611
Lucro do exercício ajustado.....		-	-	-	-	62.412	62.412
Aumento de capital social.....		82.867	-	-	-	-	82.867
Absorção da reserva de investimentos		41.203	(41.203)	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	(4.239)	4.239	-
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal	21.2	-	-	3.120	-	(3.120)	-
Constituição da reserva de investimento.....		-	32.631	-	-	(32.631)	-
Juros sobre capital próprio	21.4	-	-	-	-	(30.900)	(30.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2010		848.280	63.851	11.957	129.902	-	1.053.990
Aumento de capital social.....	21.3	146.176	-	-	-	-	146.176
Absorção da reserva de investimentos	21.5	32.631	(32.631)	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	32.410	32.410
Realização da reserva de reavaliação (líquidos dos impostos diferidos).....		-	-	-	(4.642)	4.642	-
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal	21.2	-	-	1.620	-	(1.620)	-
Constituição da reserva de investimento.....	21.5	-	16.432	-	-	(16.432)	-
Juros sobre capital próprio	21.4	-	-	-	-	(19.000)	(19.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		1.027.087	47.652	13.577	125.260	-	1.213.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010		2011	2010
Geração do valor adicionado			Valor adicionado recebido em transferência		
Receita dos serviços de abastecimento de água e esgoto	441.472	408.096	Dividendos de investimentos avaliados ao custo.....	17	5
PIS/COFINS	25.536	24.619	Receitas financeiras e variações monetárias ativas.....	10.357	9.813
Receita dos serviços de abastecimento de água e esgoto	467.008	432.715	Aluguéis.....	119	76
Outras receitas	3.861	10.716		10.493	9.894
Provisões diversas	(8.809)	(5.872)	Valor adicionado total a distribuir.....	243.796	254.487
Resultados não operacionais	(634)	(228)	Distribuição do valor adicionado		
	<u>461.426</u>	<u>437.331</u>	Empregados		
Geração do valor adicionado			Salários e encargos.....	106.335	95.553
Materiais consumidos.....	(15.469)	(15.099)	Participação dos empregados nos lucros.....	7.940	4.283
Serviços consumidos e outros custos	(109.630)	(92.352)	Planos de aposentadoria e pensão	3.151	2.306
Energia e outras despesas operacionais	(42.811)	(47.581)	Assistência médica e odontológica	5.240	5.585
	<u>(167.910)</u>	<u>(155.032)</u>		<u>122.667</u>	<u>107.727</u>
Retenções			Governo.....	45.992	35.410
Depreciação e amortização.....	(60.213)	(37.706)	Financiadores.....	42.726	49.037
	<u>(60.213)</u>	<u>(37.706)</u>	Acionistas	19.000	30.900
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	233.303	244.593	Lucros retidos	13.411	31.513
				<u>243.796</u>	<u>254.587</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010		2011	2010
			Reclassificado		Reclassificado
Resultado do exercício	32.410	62.412			
Ajustes do resultado do exercício					
Depreciação e amortização	60.213	37.706			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.268			
Variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos	1.088	(139)			
Lucro na Alienação de imobilizado	154	(231)			
Baixas do Ativo Intangível	-	152			
Provisão para Contingência	4.789	(2.047)			
Participação dos empregados	7.940	4.283			
Juros sobre capital próprio	19.000	30.900			
Constituição de PCLD	707	6.562			
Receita de Construção	(1.451)	(1.725)			
Ajuste a valor presente	-	(4.978)			
Outras Receita não monetárias	(1.104)	(1.296)			
	91.336	72.455			
Redução (aumento) nos ativos:					
Contas a Receber de Clientes	(4.309)	(1.793)			
Estoque de material	123	198			
Despesas antecipadas	(469)	10			
Impostos a recuperar	(1.827)	(639)			
Contratos de Concessões Indenizáveis	(25.722)	(7.343)			
Outros	(9.823)	(3.421)			
	(42.027)	(12.988)			
Aumento (redução) nos passivos:					
Fornecedores	(3.379)	(27.030)			
Salários, férias e encargos sociais	4.362	(1.826)			
Impostos e contribuições	6.273	(4.465)			
Contribuições à FAECES	(5.373)	(4.592)			
Outros	(699)	1.046			
	1.184	(36.867)			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	50.493	22.600			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo intangível	(191.167)	(251.674)			
Recebimento de venda do imobilizado	469	360			
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(190.698)	(251.314)			
Fluxo de caixa atividades de financiamentos					
Obtenção empréstimo bancário	32.511	59.947			
Juros sobre Capital Próprio	(155)	(139)			
Participação de empregados	(4.283)	(6.140)			
Crédito de acionistas	(15.364)	76.855			
Aumento Subvenções para investimentos	714	934			
Aplicações financeiras em garantia	(776)	(7.485)			
Aumento de patrimônio líquido	96.444	29.100			
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	109.091	153.072			
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	1.296	(13.230)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.811	44.041			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.107	30.811			
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	1.296	(13.230)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, com sede na cidade de Vitória - ES, foi criada por meio da Lei nº 2.282 de 8 de fevereiro de 1967, alterada pela Lei nº 2.295 de 13 de julho de 1967 e regulamentada pelo Decreto nº 4.809 de 20 de setembro de 1993.

A CESAN é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma sustentável, buscando a satisfação da sociedade, dos clientes, acionistas e colaboradores.

A Companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgotos no Estado do Espírito Santo, mediante delegação do Governo do Estado e de contratos de concessão com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes.

De um total de 78 (setenta e oito) municípios do Estado do Espírito Santo, a CESAN opera em 52 (cinquenta e dois), inclusive os 7 (sete) municípios da região metropolitana da Grande Vitória. As principais concessões da Companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

Localidade	Concessões de água		Concessões de esgoto		Término da Concessão
	N.º de ligações (*)	2011	2010	N.º de ligações (*)	
Serra	103.336	101.819	40.833	40.085	7/3/2055
Vila Velha	89.027	88.948	19.843	19.531	7/3/2055
Cariacica	84.829	84.740	15.628	15.003	7/3/2055
Vitória	55.931	55.561	10.784	9.932	7/3/2055
Guarapari	27.484	27.193	6.070	5.929	7/3/2055
Viana	14.640	14.495	5.406	5.259	7/3/2055
Nova Venécia	9.513	9.118	5.240	5.102	20/7/2039
Barra do São Francisco	8.711	8.591	4.322	4.311	3/7/2022
Conceição da Barra	8.620	8.483	3.732	3.383	2/5/2022
Piúma	8.531	8.440	2.830	2.775	10/10/2022

Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

As empresas de saneamento básico têm gestão sujeita às decisões de cada Governo Estadual, por estarem inseridas na política macroeconômica do Governo, e suas tarifas sob condução da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo.

A CESAN, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

(*) Informação não auditada pelo auditores independentes

2 BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de abril de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis

e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota 15 – Provisão para Contingências.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados, sendo reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os valores contábeis de aplicações financeiras, contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Na posição de 31 de dezembro de 2011 não existem contratos de operações com derivativos.

Ativos Financeiros

Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Contas a receber

(i) De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente

a Companhia constitui a provisão dos demais títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$ 5 são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Despesas comerciais".

Provisão Complementar

A administração constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para devedores duvidosos.

(ii) Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados *pro rata temporis* até a data do balanço.

Passivos Financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures e outras contas a pagar.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta dias).

Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

Classes de Ativos	%
Edificações e estruturas	4
Móveis e utensílios	10
Veículos e equipamentos de transportes	20
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos - Laboratório	10
Computadores e periféricos	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo ou do grupo de ativos ao qual pertence for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e impostos de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

e. Ativos intangíveis

(i) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme item "n" desta nota, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(ii) Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

f. Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a projetos são classificados no ativo intangível.

g. Benefícios a empregados

(i) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(ii) Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do

valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte; assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para cômputo da obrigação final.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago a participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

i. Receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(i) Serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

	2011	2010
Subcontratações.....	1,7%	1,7%
Materiais de obras.....	4%	4%
Supervisão de contratos – Divisão de Expansão.....	12%	12%
Juros.....	12%	12%

j. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. Estas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A CESAN recebe repasses a fundo perdido sob contra-ordem de investimentos nos sistemas de água e esgoto em determinadas localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impuntualidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação

de ativos disponíveis para venda, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

I. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

(i) Imposto de renda corrente

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

(ii) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que estima-se que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

m. Distribuição de Dividendos

A Companhia distribui seus dividendos na forma de juros sob o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas Financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados, contudo os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

Para atender a essa disposição estatutária, a Administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado na nota 21.

n. Capital Social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

o. Contratos de Concessão

A Companhia possui contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 52 localidades do Estado do Espírito Santo. Os novos contratos de concessão são firmados com cada município (exceto região metropolitana da Grande Vitória), por períodos fixos em 30 anos.

Até a data de 31 de dezembro de 2011, não foi registrado nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a CESAN e os municípios concedentes.

A Companhia não possui contratos onerosos que trouxessem impactos nos seus resultados ou nos seus ativos financeiros.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo - ARSI-ES e é revisado anualmente (normalmente no mês de julho), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

p. Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo qualificável são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo durante a execução da obra. Todos os demais custos de empréstimo após a conclusão da obra são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Estes custos são capitalizados enquanto houver um ativo qualificável vinculado aos mesmos.

Conforme permitido pela ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos nos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

q. Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu acionista majoritário e com as empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas ou órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

r. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

s. Reclassificações

Para fins de comparabilidade, o saldo de aplicações financeiras (depósito em garantia) no montante de R\$ 7.486, que no ano de 2010 estava classificado no ativo circulante na rubrica "caixa e equivalentes de caixa", foi reclassificado para o ativo não circulante na rubrica "aplicações financeiras - depósito em garantia", conforme nota explicativa 8. Esta reclassificação teve impacto na apresentação do saldo inicial e final do caixa e equivalentes de caixa na Demonstração do Fluxo de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades estão demonstradas como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
		Reclassificado
Caixa	74	36
Bancos - conta movimento	11.027	6.208
Aplicações financeiras curto prazo - Equivalentes de caixa.....	21.006	24.567
Total	32.107	30.811

Aplicações Financeiras

	2011	2010
		Reclassificado
Banestes.....	12.461	-
Banco do Brasil	-	1.540
Caixa Econômica Federal	8.545	23.027
Total	21.006	24.567

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 99% do fundo DI

5 CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31/12/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber de usuários....	75.163	4.775	79.938	74.817	4.775	79.592
Valores a receber de parte relacionada.....	260	-	260	23	-	23
Consumo não faturado.....	19.521	-	19.521	17.451	-	17.451
Total Contas a Receber.....	94.944	4.775	99.719	92.291	4.775	97.066
Arrecadação a discriminar.....	(2.378)	-	(2.378)	(4.774)	-	(4.774)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(15.809)	-	(15.809)	(14.362)	-	(14.362)
	(18.187)	-	(18.187)	(19.136)	-	(19.136)
	76.757	4.775	81.532	73.155	4.775	77.930

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2011	31/12/2010
Valores a Faturar.....	19.521	17.451
Valores faturados		
A vencer (circulante + não circulante)	29.330	27.165
Vencidos até 30 dias	13.021	12.138
Vencidos de 31 a 60 dias	6.254	6.636
Vencidos de 61 a 90 dias	4.391	4.183
Vencidos de 91 a 120 dias	3.615	3.588
Vencidos de 121 a 150 dias	3.383	3.595
Vencidos de 151 a 180 dias	2.782	2.881
Vencidos acima de 180 dias.....	6.062	7.434
	68.838	67.620
Parcelamentos a vencer.....	11.360	11.995
Total	99.719	97.066

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 27.709 (R\$ 26.760 em 31.12.2010) como perda efetiva do seu contas a receber diretamente no resultado do exercício.

	2011	2010
Em 1º de janeiro.....	14.362	7.256
Provisão para perdas de contas a receber.....	29.156	33.866
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis.....	(27.709)	(26.760)
Em 31 de dezembro.....	15.809	14.362

A exposição da companhia a riscos de crédito esta divulgada na nota explicativa 19.

5.1 Contas a Receber de Partes Relacionadas

Os valores relativos a **contas a receber** com partes relacionadas, conforme letra "q", do item 3, estão assim demonstrados:

Nome	31/12/2011	31/12/2010
Depto Estradas de Rodagem.....	2	2
Polícia Civil Delegacias Distritos.....	12	12
Polícia Militar do Estado do Esp. Santo.....	8	9
Secr. Estadual da Justiça.....	237	-
Secr. Estadual do Governo.....	1	-
Total	260	23

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

6.1. Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda antecipado (a).....	4.352	3.421
Contribuição Social (a).....	1.568	1.282
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96.....	1.177	317
PASEP Lei nº 9.430/96.....	490	229
Contribuições previdenciárias.....	263	198
Total	7.849	5.447

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na nota explicativa nº 26.

6.2. Não Circulante

	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda.....	138	138
Contribuição social.....	49	49
Total	187	187

7 IMPOSTOS DIFERIDOS

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecidos no ativo não circulante correspondem ao saldo do ajuste de avaliação patrimonial, decorrente da adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 no exercício de 2008. Além disso, a Companhia registra o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, que serão reconhecidos na base de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social a ser apurado pela Companhia.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Ativos		Passivos		Líquidos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Contas de clientes - PDD						
Gerencial.....	11.970	11.263	-	-	11.970	11.263
Contingências Trabalhistas e Cíveis	12.047	12.925	-	-	12.047	12.925
Atualiz. Processos INSS.....	13.601	13.011	-	-	13.601	13.011
Atualiz. Processos Lucro						
Inflacionário.....	22.932	20.842	-	-	22.932	20.842
Reserva de reavaliação.....	-	-	(189.652)	(196.686)	(189.652)	(196.686)
Estatuto Atuarial Faeces.....	332	332	-	-	332	332
Base - diferenças temporária.....	60.882	58.373	(189.652)	(196.686)	128.770	(138.313)
Impostos diferidos - diferença temporária.....	20.700	19.847	(64.482)	(66.873)	(43.782)	(47.026)
Base negativa de CSLL.....	13.329	29.189	-	-	13.329	29.189
Impostos diferidos - base negativa.....	1.200	2.627	-	-	1.200	2.627
Impostos ativos (passivos).....	21.899	22.474	(64.482)	(66.873)	(42.582)	(44.399)

Movimento em diferenças temporárias durante o ano

	Saldo em 31/12/2010	Reconhecido no pagamento	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2011
Reserva de reavaliação.....	(66.873)	-	2.391	(64.482)
Diferenças temporárias.....	19.847	853	-	20.700
Base negativa de CSLL.....	2.627	(1.427)	-	1.200
Total	(44.399)	(574)	2.391	(42.582)

8 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - DEPÓSITO EM GARANTIA

	31/12/2011	31/12/2010
Aplicações financeiras não circulante.....	8.263	7.486
Aplicações Financeiras	2011	2010
Banestes		
BNDES Garantia (a).....	4.824	6.036
Total	4.824	6.036
Banco do Brasil		
Garantia DMLP (b).....	1.457	1.324
Total	1.457	1.324
Caixa Econômica Federal		
Garantia CEF (c).....	1.982	126
Total	1.982	126
Total	8.263	7.483

a) Valor correspondente à garantia ao Contrato de Financiamento com o BNDES em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com remuneração média de 99% do fundo DI.

b) Valor correspondente à garantia ao Financiamento DMPL. O recurso está aplicado em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com remuneração média de 98,5% do fundo DI.

c) Valor correspondente à garantia aos Contratos de Financiamento da Caixa Econômica Federal. O recurso está aplicado em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com remuneração média de 99% do fundo DI.

9 IMOBILIZADO

9.1 Composição dos Saldos

	31/12/2011		31/12/2010	
	Taxas anuais de depreciação %	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Terrenos.....	-	3.740	3.740	3.740
Edificações e estruturas.....	4	18.773	(5.444)	13.329
Móveis e utensílios.....	10	5.874	(2.749)	3.125
Veículos Equip. Transportes.....	20	12.933	(8.682)	4.251
Máquinas e Equipamentos.....	10	7.285	(3.324)	3.961
Equipamentos - laboratório.....	10	621	(413)	208
Computadores e periféricos.....	20	15.196	(7.165)	8.031
Total		64.422	(27.777)	36.645

A depreciação do exercício apropriada ao resultado, foi de R\$ 6.354 (R\$ 5.827 em 2010) como despesa administrativa.

9.2 Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2009	2010		Saldo em 31/12/2010	2011		Saldo em 31/12/2011
		Adições	Baixas		Adições	Baixas	
Terrenos.....	3.740	-	-	3.740	-	-	3.740
Edificações e estruturas.....	12.640	1.539	-	14.179	4.595	-	18.774
Móveis e utensílios.....	4.946	893	(285)	5.554	449	(129)	5.874
Veículos equip. transportes..	10.778	135	(228)	10.685	2.724	(477)	12.932
Máquinas e equipamentos...	4.893	837	-	5.730	1.916	(361)	7.285
Equipamentos - laboratório..	644	26	(25)	646	-	(25)	621
Computadores e periféricos..	6.254	7.891	(456)	13.688	1.512	(4)	15.196
ETA.....	3	-	(3)	-	-	-	-
Total	43.898	11.321	(997)	54.222	11.196	(996)	64.422

As baixas tanto do exercício de 2010, quanto do exercício de 2011, referem-se ao sucateamento natural dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e por leilões.

10 INTANGÍVEL

10.1 Composição dos Saldos

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento.

Em operação	Taxas de Amortiz. %	31/12/2011		31/12/2010	
		Custo	Amortização acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Terrenos.....	-	26.893	-	26.893	25.438
Barragens/tomadas.....	4	28.824	12.266	16.558	15.491
Edificações e estruturas.....	4	6.278	1.117	5.161	2.821
Estações de bombas.....	4	58.469	15.769	42.700	36.103
Reservatórios.....	4	82.367	23.729	58.638	31.631
ETE.....	4	123.666	38.676	84.990	76.845
Tubulações.....	2	717.723	187.789	529.934	474.542
Linhas de transmissão.....	5	8	4	4	5
Ligações prediais.....	2	130.624	36.504	94.120	87.085
Móveis e utensílios.....	10	121	59	62	73
Veículos Equip. Transportes.....	20	175	102	73	105
Hidrômetros.....	10	54.504	22.902	31.602	35.164
Máquinas e Equipamentos.....	10	126.910	72.499	54.411	48.734
Equipamentos - laboratório.....	10	3.614	2.182	1.432	1.230
Computadores e periféricos.....	20	39	30	9	19
ETA.....	4	66.022	19.644	46.378	37.657
Softwares.....	20	22.357	10.963	11.394	15.806
Contratos de concessão.....		24.622	2.459	22.163	23.162
		1.473.216	446.694	1.026.522	911.911
Em andamento					
Almoarifado para obras (a).....		26.047	-	26.047	26.270
Obras diversas (a).....		682.545	-	682.545	615.325
		708.592	-	708.592	641.595
Subtotal		2.181.808	446.694	1.735.114	1.553.506
Ajustes de aplicação ICPC-01					
Reclassificação p/ativo financ. não circulante.....		(66.126)	-	(66.126)	(40.404)
Reversão bens recebidos em doação.....		(24.028)	-	(24.028)	-
Reversão de amortiz. do período		31.288	-	31.288	36.650
Receita de construção incorporada		12.861	-	12.861	11.410
		(46.005)	-	(46.005)	7.656
Total		2.135.803	446.694	1.689.109	1.561.162

(a)Obras em andamento destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A amortização do exercício apropriada ao resultado, foi de R\$ 53.859 (R\$ 31.879 em 2010).

10.2 Movimentação do custo

Intangível	Saldo em 31/12/2009	2010		Saldo em 31/12/2010	2011		Saldo em 31/12/2011
		Adições	Baixas		Adições	Baixas	
Terrenos.....	25.651	204	(417)	25.438	1.481	(26)	26.893
Barragens/tomadas.....	26.268	363	-	26.631	2.193	-	28.824
Edificações e estruturas.....	2.771	1.001	-	3.772	2.506	-	6.278
Estações de bombas.....	40.536	9.278	(5)	49.809	8.660	-	58.469
Reservatórios.....	45.878	6.915	-	52.793	29.574	-	82.367
ETE.....	104.451	6.523	-	110.974	12.692	-	123.666
Tubulações.....	604.043	48.209	(892)	651.360	68.300	(1.937)	717.723
Linhas de transmissão.....	8	-	-	8	-	-	8
Ligações prediais.....	116.720	4.700	-	121.420	9.204	-	130.624
Móveis e utensílios.....	992	-	(870)	122	1	(2)	121
Veículos Equip. Transportes.....	2.447	-	(2.272)	175	-	-	175
Hidrômetros.....	44.474	12.255	(3.708)	53.021	1.483	-	54.504
Máquinas e Equipamentos.....	104.703	9.381	(3.221)	110.863	16.274	(227)	126.910
Equipamentos - laboratório.....	3.106	349	(339)	3.116	522	(24)	3.614
Computadores e periféricos.....	1.333	3	(1.292)	44	-	(5)	39
ETA.....	54.005	942	-	54.947	11.075	-	66.022
Softwares.....	20.692	1.184	-	21.876	481	-	22.357
Contratos de concessão.....	24.622	-	-	24.622	-	-	24.622
Almoarifado para obras.....	34.871	-	(8.601)	26.270	-	(223)	26.047
Obras diversas.....	458.603	156.723	-	615.326	67.219	-	682.545
Subtotal	1.716.174	258.030	(21.617)	1.952.587	231.665	(2.444)	2.181.808
Ajustes.....	(34.630)	-	(6.970)	(41.600)	-	(11.665)	(46.005)
Total	1.681.544	258.030	(28.587)	1.910.987	231.665	(14.109)	2.135.803

11 CONTRATO DE CONCESSÕES INDENIZÁVEIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2011, R\$ 66.126 como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 40.404 em 31 de dezembro de 2010). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A CESAN realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17, estão demonstrados abaixo:

	2011	2010
Receitas de Construção.....	10.240	6.330
Custos de construção.....	(8.789)	(5.433)
Total	1.451	897

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

12 FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2011	31/12/2010
Fornecedores de materiais.....	1.956	2.543
Fornecedores de serviços.....	35.343	38.135
Total	37.299	40.678

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2011			31/12/2010		
	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total
Em moeda nacional						
BNDES (c).....	3.575	45.966	49.541	-	48.035	48.035
BNDES - Águas Limpas (c).....	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil.....	-	-	-	-	-	-
CEF - Águas Limpas.....	-	-	-	-	-	-
CEF - Águas Limpas (a).....	14.219	124.877	139.096	5.756	112.423	118.179
	17.794	170.843	188.637	5.756	160.458	166.214
Em moeda estrangeira						
Banco do Brasil - DMLP (b).....	988	7.399	8.387	962	7.260	8.222
	988	7.399	8.387	962	7.260	8.222
Debêntures não conversíveis (d).....	-	23.561	23.561	-	13.595	13.595
Leasing (e).....	1.590	1.719	3.309	2.254	11	2.265
	1.590	25.280	26.870	2.254	13.606	15.860
Total	20.372	203.522	223.894	8.972	181.324	190.296

(a) Caixa Econômica Federal - Águas Limpas: empréstimo em fase de carência, financiado em 15 anos, com taxa de juros de 6,5% a.a. e 8% a.a.

(b) Banco do Brasil - DMLP: dívida em moeda estrangeira de médio e longo prazo, contraída com credores externos e transferida no ano de 1997 para o Tesouro Nacional, conforme determinam as Portarias MF 089/96 e 192/96. O último vencimento será no ano 2024. A taxa de juros é apurada semestralmente através de uma moeda cujo percentual está atrelado a variação do Dólar.

(c) BNDES - prazo estipulado para pagamento total em 24 anos (junho de 2023) sob vinculação de receita, com taxa de juros de 1,61% acrescido da TJLP vigente.

(d) Através da Assembleia de Acionistas do dia 14 de janeiro de 2010, ficou aprovada a primeira emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, com lançamento privado, mediante subscrição exclusiva do BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. A previsão é de que sejam emitidas 1000 (mil) debêntures perfazendo um total de R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais) divididas em 3 séries. A primeira com 280 Debêntures, a segunda com 300 Debêntures. A primeira série foi emitida em 26/07/2010 (280 debêntures), a segunda série foi emitida em 26/07/2010 (23 debêntures), 27/01/2011 (125 debêntures) e 03/10/2011 (55 debêntures). Para a segunda série até 31 de dezembro de 2011 203 Debêntures, restando ainda por emitir 93 Debêntures. A terceira série está autorizada, mas até 31/12/2011 não foi emitida.

Primeira série:

Data de aprovação para emissão 15 de janeiro de 2010
 Prazo 121 meses
 Carência do principal 36 meses
 Amortização 85 meses
 Vencimento final em 15 de fevereiro de 2020
 Remuneração TJLP + 2,34% a.a.
 Valor R\$ 12.320.000,00

Segunda série:

Data de aprovação para emissão 15 de janeiro de 2010
 Prazo 11 anos
 Carência do principal 48 meses
 Amortização 7 anos
 Vencimento final em 15 de fevereiro de 2020
 Remuneração IPCA + 2,34% a.a.
 Valor R\$ 13.200.000,00

Terceira série:

Data de aprovação para emissão 15 de janeiro de 2010
 Prazo 10 anos (121 meses)
 Carência do principal 36 meses
 Amortização 85 meses
 Vencimento final em 15 de fevereiro de 2020
 Remuneração TJLP + 2,34% a.a.
 Valor R\$ 18.480.000,00

Todas as emissões estão garantidas por 20% da arrecadação tarifária da Companhia, através de conta específica de livre movimentação, junto ao banco Banestes, cujo valor mensal mínimo é de R\$ 3.500.

Os recursos dessa emissão destinam-se exclusivamente ao financiamento de projetos institucionais da CESAN:

Sistema integrado de Gestão Corporativa ERP
 Controle e redução de Perdas
 Instalação e substituição de hidrômetros
 Instalação de nova sala-cofre
 Realização de estudos e projetos
 Sistema de informações geográficas corporativo (GIS)

Os empréstimos estão garantidos por crédito de receitas próprias, títulos de cobrança, recebíveis e notas promissórias.

(e) Trata-se de aquisição de veículos e computadores junto ao Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES. A operação foi contratada à taxa de 1,2478% a.m., durante 36 meses.

Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

A Companhia detém empréstimos bancários garantidos no montante de R\$ 223.894 em 31 de dezembro de 2011. De acordo com os termos dos contratos, esses empréstimos serão pagos em parcelas nos próximos 20 anos. Contudo, o contrato com o BNDES contém *covenants* que estabelecem garantida por 20% da arrecadação tarifária da Companhia, através de conta específica de livre movimentação, junto ao banco Banestes, cujo valor mensal mínimo é de R\$ 3.500, inexistindo bloqueio de valores. As cláusulas qualitativas estão relacionadas à manutenção durante a vigência das debêntures de cobertura de serviço da dívida igual ou superior a 2.25 até 2012, inclusive e igual ou superior a 1,75 a partir de 2013; dívida líquida / ebitda igual a 3,5; (investimentos – ajustes) / Receita operacional líquida igual ou inferior a 25% a partir de 2011 inclusive e margem ebitda igual ou superior a 30%. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas até 31 de dezembro de 2011.

14 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2011	31/12/2010
ISS.....	1.418	2.417
Contribuição social.....	1.470	150
Contribuições retidas na fonte.....	434	271
PASEP.....	526	321
COFINS.....	2.424	1.507
INSS.....	3.560	4.067
FGTS.....	686	1.487
Salário-educação.....	573	893
Outras retenções e contribuições.....	2.434	14
Imposto de renda.....	5.421	1.263
Total	18.946	12.390

15 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**15.1 Processos com Probabilidade de Perda Provável**

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Cível (a).....	7.053	1.370	1.470	774
Trabalhista (b).....	19.468	16.214	15.782	11.689
Fiscal (c).....	-	-	17.861	17.270
Total	26.521	17.584	35.113	29.733
Circulante.....	76	-	1.199	196
Não circulante.....	26.445	17.584	33.914	29.537

Movimentação das provisões

Circulante	Movimentação das provisões			
	31/12/2010	Adições	Baixas	31/12/2011
Trabalhista.....	196	4.316	(3.313)	1.199
Total.....	196	4.316	(3.313)	1.199
Não circulante				
Trabalhista.....	11.493	5.598	(2.508)	14.583
Cível.....	774	696	-	1.470
Fiscal.....	17.270	591	-	17.861
Total.....	29.537	6.885	(2.508)	33.914
Trabalhista.....	11.689	9.914	(5.821)	15.782
Cível.....	774	696	-	1.470
Fiscal.....	17.270	591	-	17.861
Total	29.733	11.201	(5.821)	35.113

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.
- As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.
- Os valores referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos.

15.2 Processos com Probabilidade de Perda Possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31/12/2011	31/12/2010
Cível (a).....	578	15.612
Trabalhista (b).....	13.019	14.663
Total	13.597	30.275

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- Os processos cíveis referem-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.
- As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

16 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR DE LONGO PRAZO

	31/12/2011	31/12/2010
IRPJ (a).....	44.386	42.297
Salário-educação parcelado.....	374	1.414
INSS parcelado.....	1.887	1.271
CSSL parcelada.....	55	202
Total	46.702	45.184

(a) Em sentença de 18 de dezembro de 1997, revista e mantida pela Justiça Federal em 16 de janeiro de 1998, foi concedido à Companhia o benefício da Antecipação de Tutela para eximir-se do pagamento do Imposto de Renda derivado do lucro inflacionário, realizado anualmente a partir do ano-calendário de 1995. Como consequência, a Companhia deixou de recolher o referido imposto a partir daquele exercício, mantendo o valor apurado de aproximadamente R\$ 36.516 (em 2011 – R\$ 44.386) registrado na conta de impostos e contribuições a recolher, no passivo exigível a longo prazo. A atualização do mesmo é realizada pela taxa Selic.

17 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

17.1 Plano de Benefício Definido

São planos de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Pelos planos de benefícios definidos a obrigação da entidade empregadora é a de proporcionar os benefícios acordados com os empregados correntes e antigos e o risco atuarial (que os benefícios custem mais do que o esperado) e o risco de investimento recaem, substancialmente, na entidade empregadora. Se a experiência atuarial ou de investimento forem piores que o esperado, a obrigação da entidade empregadora pode ser aumentada.

17.1.1 Plano de Custeio

- Contribuição mensal e jôia dos participantes;
- Contribuição mensal dos patrocinadores;

- Dotação dos patrocinadores, a serem fixadas atuarialmente;
- Receitas de aplicação do patrimônio;
- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.

17.1.2 Benefícios

Plano instituído em 25.04.1995, cujo regulamento está adaptado aos ditames da Lei Complementar nº 109/01, garantindo o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, e prevê a concessão dos seguintes benefícios complementares aos da Previdência Oficial:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, inclusive sob a forma antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por idade;
- Suplementação da aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Pecúlio por morte.

a) Salário de Participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições e benefícios dos participantes e equivale à soma dos valores pagos pelo patrocinador a título de ordenado fixo, adicional por tempo de serviço e quinquênio.

b) Salário real de Benefício

O salário-real-de-benefício (SRB) corresponderá a 78% (setenta e oito por cento) da média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-participação anteriores ao mês do início do benefício, excluído o 13º salário, corrigidos para esse mês pela variação do INPC (IBGE).

c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

Para a obtenção de qualquer das suplementações de aposentadoria é indispensável a concessão do benefício básico pela Previdência Oficial, sendo, no caso de aposentadoria programada (tempo de serviço, idade e especial) será exigido ainda o desligamento do quadro de pessoal da patrocinadora.

- Carências (Aposentadoria Programada)
 - Idade mínima: 55 anos, no caso de aposentadoria tempo de serviço, e 53 anos, no caso de aposentadoria especial;
 - Tempo mínimo de empresa: 10 anos (fundadores);
 - Tempo mínimo de plano: 15 anos (não fundadores).
- Carência (Aposentadoria por invalidez)
 - Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.
- Da Suplementação de Aposentadoria

A suplementação de aposentadoria corresponderá ao maior valor entre a diferença do SRB e o benefício concedido pela previdência oficial e 15% do SRB.
- Da Suplementação de Pensão
 - por morte em atividade: 75% da suplementação de aposentadoria por invalidez que o participante teria direito na data da sua morte.
 - por morte na aposentadoria: 75% da suplementação da aposentadoria que o assistido recebia por ocasião do seu falecimento.
- Do Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a 5 (cinco) vezes o valor da suplementação de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

• Do Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

17.2 Plano de Contribuição Definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

17.2.1 Plano de Custeio

- Rendimentos das aplicações do patrimônio;
- Outras fontes de receitas legalmente permitidas;
- Recursos portados de outras Entidades de Previdência Complementar;
- Contribuições mensais dos participantes, assim estabelecidas no regulamento:
 - Contribuição Básica de Participante, de caráter opcional, corresponde ao resultado da aplicação sobre o Salário de Participação de um percentual escolhido pelo Participante, respeitando-se o mínimo de 1% (um por cento), efetuada no máximo 12 (doze) vezes por ano;
 - Contribuições Adicionais, de caráter voluntário, efetuadas a qualquer época, sendo seus valores livremente escolhidos pelo Participante, observadas as disposições legais;

- Contribuições de Benefícios de Risco de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente;
- Contribuição de Participante em Benefício Proporcional Diferido, de caráter opcional, que consiste em aporte de contribuições do Participante que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido.
- Contribuições mensais dos patrocinadores, assim estabelecidas no regulamento:
 - Contribuição Normal de Patrocinador, igual à Contribuição Básica de Participante, limitada a 7% (sete por cento) do Salário de Participação, efetuada no máximo 12 (doze) vezes por ano;
 - Contribuições de Benefícios de Risco de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Participante, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
 - Contribuições Administrativas de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Participante, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

A Contribuição Normal de Patrocinador, relativa a cada Participante, cessarão automaticamente na primeira das seguintes ocorrências:

- Termino do vínculo por qualquer razão;
- Quando o Participante for elegível ao Benefício de Aposentadoria Normal;
- Em caso de concessão de Benefício assegurado por este Regulamento.

17.2.2 Benefícios

Plano instituído em 01.02.2006, cujo regulamento prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria por invalidez;
- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda de Aposentadoria Antecipada;
- Complementação de pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

O regulamento garante ainda o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate. Além disso, permite o pagamento em parcela única de até 25% do Saldo de Conta Aplicável.

a) Salário-de-Participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições dos participantes e equivale à soma das rubricas fixas relativas à remuneração do Participante, pagas mensalmente e em caráter habitual pelo Patrocinador, excluindo-se as parcelas pagas com a periodicidade não-mensal, tais como: 13º salário, horas extras, gratificações, participação em resultados, bônus, abono e adicional de férias.

b) Salário Real de Benefício

O Salário Real de Benefício (SRB) é o valor correspondente à média aritmética simples dos 12 (doze) últimos Salários de Participação, atualizados monetariamente pelo INPC, até o mês da concessão do benefício, e será aplicado no cálculo da renda vitalícia de invalidez.

c) Unidade Mínima FAECES

Valor correspondente a R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) em 1º.06.2005, reajustado anualmente, no mês de maio, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, da Fundação IBGE.

d) Condições Gerais para Concessão e manutenção dos Benefícios

- Carências (Aposentadoria Programada): a complementação de aposentadoria será concedida ao participante que a requerer, desde que:
 - Tenha completado 10 anos de contribuição para o Plano;
 - Comprove a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador;
 - Tenha atingido a idade mínima;
- Aposentadoria Normal: 55 (cinquenta e cinco) anos de idade;
- Aposentadoria Antecipada: 50 (cinquenta) anos de idade.
- Carência (Aposentadoria por invalidez)
 - Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.
 - Concessão do respectivo benefício básico pela Previdência Oficial.
- Da Renda de Aposentadoria Normal e Antecipada

O valor inicial do benefício de aposentadoria normal ou antecipada será obtido a partir da conversão atuarial em renda vitalícia do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento, conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

• Da Renda de Aposentadoria por Invalidez

O valor inicial do benefício de aposentadoria por invalidez corresponderá ao maior valor entre:

- o resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento em renda mensal vitalícia;
- a diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES; e
- 10% do salário-real-de-benefício.
- Da Renda de Pensão por morte em atividade

O valor inicial do benefício de Pensão por morte em atividade corresponderá ao maior valor entre:

- o resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável no mês de falecimento do participante em renda mensal vitalícia;
 - a diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES; e
 - 10% do salário-real-de-benefício.
- Da Renda de Pensão por morte na aposentadoria
 - no caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria Normal ou de Aposentadoria Antecipada, o valor mensal do Benefício de Pensão por morte após a aposentadoria será igual a um percentual do valor do benefício que o assistido percebia da FAECES, variável entre 60% e 100%, de acordo com a opção feita pelo do participante falecido na data da sua aposentadoria.
 - no caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria por Invalidez que tenha Beneficiário, o valor mensal do Benefício de Pensão por Morte após Aposentadoria será igual a 100% (cem por cento) do valor do Benefício que o Assistido percebia da FAECES.

• Do Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a 5 (cinco) vezes o valor da renda de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

• Do Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

17.3 Confissão de Dívida

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 (dezesete) anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adeto de caução entre a CESAN e a FAECES, no qual é confessada a dívida de R\$ 51.394 que deverá ser paga em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente ao valor da parcela a amortizar, a CESAN obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, acrescida do INPC-IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

17.4 Premissas Utilizadas para o Cálculo do Passivo e das Projeções

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos com benefícios definidos. Os itens seguintes registram as principais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, classificadas em quatro categorias: econômicas, biométricas, demográficas e outras.

17.4.1 Hipóteses Econômicas e Financeiras

17.4.1.1 Indicadores

- a) Indexador Econômico: INPC;
- b) Retorno dos Investimentos: Indexador Econômico + 6% a.a.;
- c) Inflação futura estimada para cálculo das perdas e ganhos: 5,0% a.a.;
- d) Taxa para desconto a valor presente: Inflação + 6% a.a.;
- e) Crescimento real anual de salários: nulo;
- f) Crescimento real dos Benefícios do Plano: nulo;

17.4.1.2 Fator de Capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste.

- a) Capacidade Salarial: Não adotado.
- b) Capacidade do benefício: Não adotado

17.4.2 Hipóteses Biométricas e Demográficas

17.4.2.1 Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- a) Mortalidade Geral: AT 83 (segregada por sexo);
- b) Entrada em Invalidez: LIGHT (média);
- c) Mortalidade de Inválidos: IAPB 55 Forte.

17.4.2.2 Demográfica (Ativos)

- a) Rotatividade: 0,0%;
- b) Geração Futura: Não adotada. Os compromissos dos novos ingressantes são apurados somente após sua efetiva adesão ao plano.

17.4.3 Outras Hipóteses

- a) Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes Ativos se aposentarem quando se habilitarem ao benefício regulamentar;
- b) Composição familiar do participante: considera-se que 95% são casados, a esposa é 4 (quatro) anos mais jovem, com dois filhos dependentes cuja maioridade será alcançada quando ele atingir 55 (cinquenta e cinco) anos;

c) Composição familiar do participante aposentado e do pensionista: adotado a composição familiar real.

17.5 Política Contábil Adotada pela CESAN no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais

A CESAN adota como procedimento, conforme os itens 92 e 93 do CPC 33, para o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais como receita ou despesa se o valor líquido acumulado dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior exceder o maior valor entre:

- 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano); e
- 10% do valor justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

A parcela dos ganhos e perdas atuariais do plano será reconhecida, conforme definido acima, dividido pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano.

Com base em parecer de atuário independente, seguem as informações requeridas de acordo com o CPC 33.

Metodologia para o Reconhecimento de Ganhos/Perdas pelo Método do Corredor.

Plano de Benefício Definido Exercício fiscal findo em	Plano de Aposentadoria	
	31/12/2011	31/12/2010
a. Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
Valor das obrigações no início do ano.....	219.500	197.259
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante).....	2.298	2.296
Juros sobre a obrigação atuarial.....	24.191	20.199
(Ganho)/perda atuarial.....	14.038	10.357
Contribuições de patrocinadoras.....		
Benefícios pagos no ano.....	(12.018)	(10.611)
Valor das obrigações calculadas no final do ano.....	248.009	219.500
b. Reconciliação do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos no início do ano.....	174.238	155.824
Rendimento esperado no ano.....	19.243	17.933
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano.....	(4.651)	6.639
Contribuições de patrocinadoras (não inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras).....	14.260	4.453
Benefícios pagos pelo plano/empresa.....	(12.018)	(10.611)
Valor justo dos ativos no final do ano.....	191.072	174.238
c. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço (parcial ou totalmente cobertos)		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura.....	(191.072)	(174.238)
Valor justo dos ativos do plano.....	191.072	174.238
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura (planos sem ativos financeiros).....	(56.937)	(45.262)
Ganho/(perda) atuarial não reconhecido.....	22.407	3.718
Passivo/(ativo) líquido.....	(34.530)	(41.544)
d. Componentes da despesa/(receita) do plano		
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício.....	(2.690)	(2.653)
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante).....	2.298	2.296
Juros sobre as obrigações atuariais.....	24.191	20.199
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(19.243)	(17.933)
Total da despesa/(receita) a ser reconhecida.....	4.556	1.909
e. Principais hipóteses atuariais		
Taxa de desconto nominal.....		11,300%
Taxa de aumento nominal do salário.....		5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo.....		5,00%
Taxa de aumento nominal do benefício.....		5,00%
Hipóteses usadas para determinar a despesa/(receita) a ser reconhecida.....		
Taxa de desconto nominal.....		11,300%
Taxa de rendimento nominal esperado dos ativos do plano.....		11,300%
Taxa de aumento nominal do salário.....		5,00%
Taxa estimada de inflação ao longo prazo.....		5,00%
Taxa de aumento nominal do benefício.....		5,00%
f. Histórico de ganhos e perdas observados		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura.....	(191.072)	(174.238)
Valor justo dos ativos do plano.....	191.072	174.238
Diferença entre o rendimento esperado e o rendimento efetivo dos ativos do plano:		
Valor.....	4.651	(6.639)
Percentual dos ativos do plano.....	2%	4%
(Ganhos)/perdas observados nas obrigações atuariais		
Valor.....	14.038	10.357
Percentual dos ativos do plano.....	7%	6%
g. Resumo dos dados cadastrais		
Data das estatísticas	31/12/2011	31/12/2010
Participantes Ativos		
Quantitativo.....	604	645
Salário médio.....	4.099	3.809
Idade média.....	51	51
Tempo médio de serviço.....	27	26
Aposentados		
Quantitativo.....	655	624
Benefício médio.....	1.354	1.248
Idade Média.....	64	64
Pensionistas		
Quantitativo.....	125	117
Benefício médio.....	487	478
Idade Média.....	61	65

Componentes da Despesa/(Receita) do Plano Projetada para 2012

a. Componentes da despesa/(receita) do plano projetada para 2012

Custo do serviço corrente bruto (com juros)	2.281
Juros sobre obrigação atuarial	27.331
Rendimento esperado dos ativos	(21.721)
Total da despesa/(receita) a ser reconhecida	7.891

b. Hipóteses usadas para determinar a despesa/(receita) do plano

Taxa de desconto nominal	11,300%
Taxa de rendimento nominal esperado dos ativos do plano	11,300%
Taxa de aumento nominal do salário	5,00%
Taxa estimada de inflação a longo prazo	5,00%
Taxa de aumento nominal do benefício	5,00%

Na qualidade de patrocinadora, a CESAN contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da FAECES de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios, sendo o percentual máximo de contribuição da Companhia limitado a 3,81% da folha de salários dos colaboradores. No exercício de 2011, a CESAN contribuiu com R\$ 3.151 (R\$ 2.940 em 2010).

O quadro abaixo demonstra a posição da parcela amortizante relativa ao compromisso da CESAN junto à FAECES.

	31/12/2011	31/12/2010
Passivo Circulante	4.606	6.116
Passivo não Circulante	26.864	30.728
Total	31.470	36.844

18 CRÉDITOS DE ACIONISTAS

	31/12/2011	31/12/2010
Créditos monetários de acionistas	34.643	65.000
Créditos do projeto Águas Limpas	226.142	211.149
Total	260.785	276.149

Em 2005 iniciaram-se as obras do Projeto Águas Limpas com recursos próprios da CESAN e, em contrapartida, do Governo do Estado. O saldo registrado na rubrica de créditos de acionistas refere-se à contrapartida do Governo do Estado no referido projeto.

O Governo do Estado vem financiando o projeto, cujas obras serão incorporadas posteriormente ao patrimônio da CESAN, revertendo em aumento de capital do acionista Governo do Estado.

19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Sensibilidade a taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeito a taxas variáveis, como descrito a seguir:

	Aumento/redução em pontos base	Efeito no lucro antes da tributação
31/12/2011		
R\$	+ 0,5%	1.119
R\$	- 0,5%	1.119
31/12/2010		
R\$	+ 0,5%	951
R\$	- 0,5%	951

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxa de juros nas taxas atualmente praticada no ambiente de mercado, não demonstrando que possam impactar o resultado da Companhia.

Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as

despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap" para se proteger desse risco.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. A CESAN não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

20 PARTES RELACIONADAS

20.1 Governo do Estado

A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 77,07% das ações e de forma indireta através da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo com 22,24% de ações, totalizando 99,31% das suas ações. Os 0,69% remanescentes das ações são detidos por acionistas não controladores.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado no Projeto Águas Limpas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados no exercício de 2011 estão demonstrados nas notas 5.1 e 22.1 respectivamente.

20.2 Remuneração dos Empregados e Administradores

De acordo com o que estabelece o artigo 3º do Decreto nº 95.524 de 21 de dezembro de 1977, foram computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos às seguintes remunerações mensais (base - dezembro de 2011) pagas aos empregados e administradores:

	31/12/2011	31/12/2010
Maior remuneração - em reais	24.029	14.617
Menor remuneração - em reais	967	738

Na apuração da maior remuneração foram incorporados a gratificação de diretor, adicional de representação e jeton por participação no Conselho de Administração.

A partir de 01/05/2011 foi estabelecido pelo acordo coletivo que o piso salarial dos empregados da CESAN passou a ser de R\$ 967,32.

20.3 Operações com pessoal-chave da Administração

Os diretores que pertencem ao quadro de empregados possuem os mesmos benefícios dos demais empregados da CESAN.

Os demais diretores que são comissionados recebem, além da remuneração mensal, assistência médica e odontológica, vale-alimentação, licença remunerada de até 30 dias a cada 12 meses, recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, parcela honorária natalina e participação nos resultados nos mesmos critérios dos empregados.

Para os ocupantes de cargo em comissão, conforme determina a Resolução nº 3467/2009, são as seguintes as gratificações por desempenho das funções:

Funções	Valores (31/12/2011)
Assessor / Gerente / Auditor	2.068
Chefe de Divisão	1.582
Chefe de escritório	1.034
Chefe de pólo	827
Secretárias	416

Durante o exercício de 2011, foram pagos honorários aos Diretores no valor de R\$ 645, gratificação especial de Diretor de R\$ 136 e função comissionada aos Gerentes R\$ 1.903.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 1.027.087, representado por 1.027.087.218 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Governo do Estado do Espírito Santo	791.591.199	77,07
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo	228.451.474	22,24
Demais acionistas não controladores.....	7.044.545	0,69
	1.027.087.218	100,00

21.2 Reserva Legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6404/76 e artigo 30, letra "a" do Estatuto Social da Companhia.

21.3 Aumento de capital

Em 12 de abril de 2011, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas, foi decidido aumentar o capital da companhia, conforme decisão descrita em ATA. O recursos foram provenientes de:

Crédito de Acionistas.....	65.000
Juros sob o Capital Próprio	30.732
Incorporação Obras Proj. Águas Limpas.....	50.444
Total	146.176

21.4 Dividendos

Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente ao acionista e como remuneração do capital próprio.

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício.....	32.410	62.412
Reserva legal (5%)	(1.620)	(3.120)
Realização da reserva de reavaliação	4.642	4.239
Base de cálculo dos dividendos	35.432	63.531
Dividendos (25%)	8.858	15.883
Juros sobre capital próprio	19.000	30.900
Imposto de renda retido na fonte.....	(13)	(25)
Valor líquido para distribuição.....	18.987	30.875

21.5 Reserva para Investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, aprovado em 24 de abril de 2005, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral.

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 16.432 em 31 de dezembro de 2011 para constituição de Reserva para Investimentos, para a execução de planos de investimentos no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral.

A reserva para investimentos constituída no exercício de 2010, no montante de R\$ 32.631, foi destinada ao aumento do capital social da Companhia conforme assembleia ordinária de acionistas, realizada em abril de 2011.

21.6 Participação dos Empregados nos Lucros da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30, letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER – Gestão Empresarial por Resultados. O GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000 e aprovado pela Deliberação nº 3210/2006, que gera base para o valor da remuneração dos empregados. Em 2011, a base foi de dois salários-base, respeitada a lotação e proporcionalidade mensal para os empregados admitidos e desligados no exercício de 2011.

A Companhia destinou, do resultado apurado em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 7.940 (R\$ 4.283 em 2010) para fazer face a esse compromisso.

22 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Número de ligações*		Valores	
	2011	2010	2011	2010
Fornecimento de água				
Residencial	496.072	489.235	258.146	240.934
Comercial	26.959	22.900	50.418	44.859
Industrial	1.281	1.266	51.565	47.677
Órgãos públicos.....	4.179	7.491	27.572	27.359
Outras receitas do fornecimento de água	-	-	4.410	5.604
	528.491	520.892	392.110	366.433

Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	124.123	120.173	59.630	53.190
Comercial	8.501	7.296	9.960	8.524
Industrial	497	485	1.742	1.380
Órgãos públicos.....	1.049	1.799	3.484	3.101
Outras receitas dos serviços de esgoto	-	-	81	87
	134.170	129.753	74.897	66.282

(-) Deduções da receita

PASEP			(4.555)	(4.398)
COFINS			(20.980)	(20.222)
			(25.535)	(24.619)
Total			441.472	408.096

* Informação não auditada pelos auditores independentes

22.1 Faturamento com Partes Relacionadas

Os valores **faturados** relativos a partes relacionadas, conforme letra "p", do nota 3, estão assim demonstrados:

Cliente	31/12/2011	31/12/2010
Sedu	3.030	2.826
Junta Comercial do ES Juceces	8	8
Secr. de Segurança Pública	29	260
Polícia Civil Delegacias Distritos	420	692
Detran do Espírito Santo	91	101
Hospital da Polícia Militar	605	471
Polícia Militar do Estado do Esp. Santo	364	382
Secr. de Estado da Saúde.....	1.424	1.405
Inst. de Defesa Agrop. e Florestal do ES	23	25
Secr. Estadual da Justiça	3.598	2.135
Inst. Atend. Socio Educativo ES.....	457	440
Secr. Estadual de Planejamento e Orçamento.....	34	45
Departamento Imprensa Oficial.....	49	43
Arquivo Público Estadual.....	11	3
Secr. Estadual da Fazenda	132	42
Secr. Estadual da Cultura.....	39	37
Seastdh	22	8
Depto. Estradas de Rodagem	42	44
Secr. Estadual do Governo.....	89	112
Assembleia Legislativa Vitória.....	101	85
Sup. Est. de Comunicação Social	10	8
Ipajm.....	18	9
Tribunal de Contas do Estado	57	68
Rádio e TV Espírito Santo	2	2
Polícia Militar - Corpo de Bombeiros.....	99	84
Tribunal de Justiça	417	332
Ministério Pub. do Estado ES.....	74	62
Iema Instit. Est. Meio Ambiente e Recursos Hídricos.....	37	28
Secr. Estadual de Esportes e Lazer	112	60
Secr. Estadual da Agricultura	260	230
Sec. Estadual de Turismo.....	3	2
Procuradoria Geral do ES PGE.....	2	-
Sub. Secret. de Inovação e Gestão.....	-	8
Total	11.659	10.057

23 RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas de juros e acréscimos.....	6.962	6.248
Receitas Financ. de ganho com aplicações.....	2.651	1.559
Outras receitas Financ.	395	934
Resultado de variação cambial ativa	349	1.072
	10.357	9.813
Despesas c/ juros e demais encargos de financiamentos	(13.579)	(21.593)
Resultado de variação cambial passiva	(1.437)	(684)
Taxas de serviços e demais tributos fiscais.....	(13.673)	(4.924)
	(28.689)	(27.201)
	(18.332)	(17.388)

24 DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Despesas gerais e administrativas da unidade.....	(24.204)	(24.691)
Perdas no recebimento de tarifas.....	(33.523)	(33.343)
Reversão de perdas	5.813	6.583
	(51.914)	(51.451)

25 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2011	31/12/2010
Despesas com pessoal	(47.301)	(35.259)
Despesas com materiais	(1.491)	(1.823)
Despesas com serv. de terceiros	(28.406)	(21.414)
Outras despesas	(18.782)	(772)
	(95.980)	(59.268)

26 CONCILIAÇÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	2011	2010
Resultado antes do JSCP e Participações dos empregados	51.179	71.773
Juros sobre Capital Próprio	(19.000)	(30.900)
Participação de empregados	(7.940)	(4.283)
Resultado antes dos impostos	24.239	36.590
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	(8.241)	(12.440)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
• Prejuízos fiscais	3.542	3.675
• Regime Tributário transitório - RTT	(5.752)	6.384
• Contribuições a FAECES	-	1.537
• Outros	(377)	(4.234)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa efetiva	(10.828)	(5.078)
Alíquota Efetiva	44,67%	13,88%

27 COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir

os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2011:

Contratado	Valor	Data da Assinatura	Prazo em dias (1)
Contractor Engenharia Ltda	33.691	09/10/2008	1.260
Consórcio Enger- Etep	15.851	05/05/2010	720
Estudos Técnicos e Projetos Etep Lt	5.289	24/06/2010	720
Trix Engenharia Civil Ltda	23.747	06/08/2010	720
Construtora Rodoviária União Ltda	5.137	17/08/2010	540
Ser Sistemas Energéticos Renováveis	4.736	07/12/2010	360
Solidus Serviços e Construções	7.870	18/07/2010	540
Amafi Comercial e Construtora	4.724	24/08/2010	540
Solidus Serviços e Construções	8.267	16/12/2011	540

(1) Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço.

Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN

Neivaldo Bragato

Diretor-presidente

Sandra Sily

Diretora de Operação Metropolitana

Carlos Fernando Martinelli

Diretor de Operação do Interior

Anselmo Tozi

Diretor de Meio Ambiente

Antonina Sily Vargas Zardo

Diretora de Relações com o Cliente

Edmar José Zorzal

Gerente Financeiro e Contábil

Reginaldo José de Castro

Contador CRC 11.475 0/ES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da
Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN
Vitória - ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da

Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 25 de fevereiro de 2011 que conteve parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto mencionado no parágrafo anterior.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2012.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP - 014428/O-6 "S" ES

Antônio de Pádua Soares Pelicarp

Contador CRC MG - 027739/O-3 "S" ES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CESAN, e com base no parecer da Auditoria Externa - KPMG Auditores Independentes, cujo ativo e passivo importam em R\$ 1.979.526.145,27 (Um bilhão novecentos e setenta e nove milhões quinhentos e vinte e seis mil cento e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos), as respectivas Demonstrações de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, inclusive as Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 manifestaram-se favoráveis, recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembléia Geral Ordinária.

Vitória, 24 de abril de 2012.

André Rosetti Bresciani
Conselheiro

Miguel dos Santos Costa
Conselheiro

Sérgio da Cunha Rodrigues
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2011

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, cujo Ativo/Passivo soma o montante de R\$ 1.979.526.145,27 (Um bilhão novecentos e setenta e nove milhões quinhentos e vinte e seis mil cento e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos), aprovaram e opinaram pela sua aprovação, com base no Parecer da Auditoria Externa Independente.

Vitória, 24 de Abril de 2012.

Iranilson Casado Pontes
Presidente do C.A.
Elizabeth Maria Dalcolmo Simão
Conselheira

Neivaldo Bragato
Conselheiro
José Alves Paiva
Conselheiro

Aladim Fernando Cerqueira
Conselheiro
Adailson Freire da Costa
Conselheiro